

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

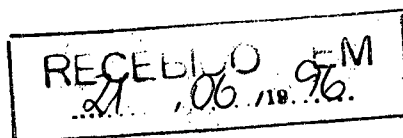
**PREÇOS, SAZONALIDADE E BEM-ESTAR DO CONSUMIDOR
EM FLORIANÓPOLIS - 1993 - 1995.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para
obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por Luís Roberto Heidemann



Orientador: Duílio de Ávila Bêrni

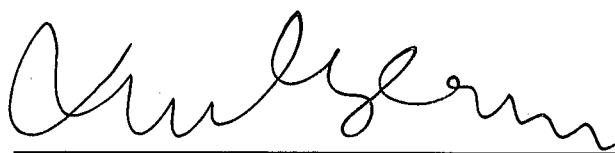


Florianópolis, Junho/1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 7,0 ao aluno LUÍS ROBERTO HEIDEMANN na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. VILDO DE AVILA BEENI

Presidente



Prof. LOUIS R. WESTPHAL

Membro



Prof. JOÃO ROGÉRIO SANSON

Membro

AGRADECIMENTOS

Em memória de Mathias Heidemann Netto, pai, professor, e um observador assíduo pela educação;

À minha querida e estimada esposa Ivonete pela ajuda e compreensão para a conclusão deste trabalho;

À minha mãe Inocência, e minhas irmãs Regina e Claudia, pelo estímulo e ajuda na digitação deste trabalho;

Aos Professores do Departamento de Economia que me auxiliaram na minha vida acadêmica.

SUMÁRIO

FOLHA DE AVALIAÇÃO.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE FIGURAS	vi

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Considerações iniciais.....	01
1.2 - Problemática	02
1.3 - Objetivos	04
1.3.1 - Objetivo Geral	04
1.3.2 - Objetivos Específicos	05
1.4 - Metodologia.....	05
1.5 - Organização do Trabalho	06

CAPÍTULO 2- REVISÃO DE LITERATURA

2.1 - Bem-Estar do Consumidor	08
2.2 - Índices de Preços	16
2.3 - Sazonalidade	23

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA SAZONALIDADE DO BEM ESTAR

DO CONSUMIDOR	32
----------------------------	-----------

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO	54
-------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
---	-----------

ANEXOS.....	59
--------------------	-----------

TABELA A.1	60
------------------	----

TABELA A.2.....	61
-----------------	----

Metodologia de Cálculo do Índice de Preços ao Consumidor -

IPC-ITAG	62
----------------	----

FICHA DE AVALIAÇÃO	67
---------------------------------	-----------

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Taxas mensais de crescimento dos preços efetivas e corrigidas pela sazonalidade - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, Jan.93 - Dez.95

Gráfico 2 - Taxas mensais de crescimento dos preços efetivas e corrigidas pela sazonalidade - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE , Jan.93 - Dez.95

Gráfico 3 - Taxas mensais de crescimento dos preços efetivas e corrigidas pela sazonalidade - Índice de Preços ao Consumidor - IPC - FIPE, Jan.93 - Dez.95

Gráfico 4 - Taxas mensais de crescimento dos preços efetivas e corrigidas pela sazonalidade - Índice de Preços ao Consumidor - IPC- FVG Jan.93 - Dez.95

Gráfico 5 - Taxas mensais de crescimento dos preços efetivas e corrigidas pela sazonalidade - Índice de Preços ao Consumidor - IPC-ITAG, Jan.93 - Dez.95

Gráfico 6 - Volume de informações do acesso ao Crédito ao Consumidor em Florianópolis - Jan.93 - Dez.95

Gráfico 7 - Volume de Registros de Inadimplência do Consumidor - Jan.93 - Dez.95

Gráfico 8 - Outros Índices de Preços em relação ao IPC-ITAG - Jan.93 - Dez.95

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 - Considerações Iniciais

O Brasil, por ser um país periférico, não possui ainda uma economia estabilizada, como ocorre nos países desenvolvidos. Diante deste fato, constata-se que a sociedade brasileira, em sua grande maioria não sabe o que é “economia estabilizada”, qual é o valor da moeda nessa economia. Ademais, os consumidores não conhecem seus direitos e tampouco conseguem avaliar a diferença entre custos de produção e o valor do produto final.

O valor dos produtos só vem a ser razoavelmente percebido pela população consumidora quando dos congelamentos de preços ou da “estabilização dos preços” no mercado.

Nesse sentido, o que se observa é que o consumidor, principalmente o de menor poder aquisitivo, não consegue acompanhar a pressão dos preços fixados pelos empresários. Assim, aumentos nos

preços geram novos aumentos nos custos da produção, elevando-se assim os índices inflacionários.

O que se pretende nesta monografia, é avaliar alguns aspectos do bem-estar do consumidor do município de Florianópolis, no período de 1993 -1995. Através dos Índices de Preços ao Consumidor - IPC's, busca-se inferir virtuais variações em relação ao nível de consumo. Também se busca, ainda que de modo superficial, analisar as modificações na estrutura de consumo, através de indicadores do poder de compra. Os indicadores utilizados são o Índice de Preços ao Consumidor - IPC/ITAG, calculado para Florianópolis, bem como as cifras pertinentes ao aumento do consumo e a inadimplência do consumidor junto à Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FDCL. Por fim trata-se de testar a sazonalidade nas flutuações desses indicadores, comparando-a com a sazonalidade observada na distribuição mensal de outros indicadores de preços no país.

1.2 - Problemática

A economia brasileira tem oscilado muito nos últimos anos, em resposta a intensos desequilíbrios estruturais, tais como pesados déficit na balança de transações correntes e das contas do governo, a destruição de postos de trabalho no setor industrial, e a elevada

concentração na distribuição de pessoal da renda. Esses fatores têm feito com que o consumidor venha sendo um dos grandes prejudicados com as mudanças na política econômica destinadas a criar novos patamares de estabilidade na economia.

É simplesmente neste contexto que, em momentos de crises ou mudanças na política econômica, o número de desempregados atinge níveis mais elevados. Com efeito, as novas exigências de produção proporcionadas pelos avanços tecnológicos discriminam os trabalhadores que não possuem uma qualificação específica para se adaptarem às inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra.

A falta de critérios para uma política de elevação do bem-estar do consumidor associada aos desequilíbrios acima mencionados tem sido acompanhada por ajustes sistemáticos dos preços por parte dos empresários. À medida que esses conseguem proteger suas margens de lucro, eles não têm correspondido às expectativas da equipe econômica do governo, no sentido de não repassarem automaticamente os aumentos de custos aos preços de seus produtos.

Deste modo, a avaliação do bem-estar do consumidor no Brasil passa pelo exame da evolução dos índices dos preços que estes pagam pelos produtos que adquirem. A este fator, deve-se acrescentar o exame de outros indicadores, como a distribuição de renda e seu poder de compra. No que diz respeito aos índices de preços, há duas componentes que podem comprometer o bem estar do consumidor: sua

elevação generalizada e a elevação mais que proporcional de itens que apresentam mais peso em orçamentos domésticos. Neste último caso, é sabido que os preços da alimentação básica são sazonais pois dependem de vários fatores, como clima e região de plantio.

Tal problemática, característica da economia brasileira nos últimos 20 anos ou mais, também tem se feito sentir em Florianópolis, quando um surto de desenvolvimento turístico iniciou-se e ainda está longe de esgotar-se. Sua economia baseia-se, assim, crescentemente no setor terciário, em particular, o turismo, a informática e a automação industrial. Por outro lado, a existência de desemprego no município se associa aos fatores descritos acima. Estas circunstâncias trazem à tona uma nova indagação à questão do bem estar do consumidor: até que ponto a crescente vocação terceirizante da cidade tem contribuído para elevações de preço fora do padrão brasileiro.

1.3 - Objetivos

1.3.1 - Objetivo Geral

Avaliar o bem-estar do consumidor através dos Índices de Preços ao Consumidor - IPC's em relação ao nível de consumo, bem

como a sazonalidade destes indicadores no município de Florianópolis no período de 1993 -1995.

1.3.2 - Objetivos Específicos

- Analisar as modificações na estrutura de consumo e o índice de preço ao consumidor - IPC-ITAG em Florianópolis,
- Pesquisar junto a Federação da Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FDCL, o consumo e a inadimplência do consumidor,
- Testar a existência de sazonalidade nesses indicadores, e
- Fazer comparações entre as séries selecionadas.

1.4 - Metodologia

Num primeiro momento, analisa-se através de pesquisa bibliográfica o bem-estar do consumidor, dando enfoque ao consumidor de Florianópolis com definição das variáveis básicas dos índices de preços, também estudando-se a sazonalidade dos índices de consumo.

Com as mudanças dos últimos planos econômicos, o consumidor vem apresentando variações nos seus hábitos de consumo devido ao aumento dos preços e a queda dos índices inflacionários. Desse modo, será avaliada junto a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina - FCDL e Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, a variação dos índices de consumo e inadimplência e a possível sazonalidade dos mesmos no município de Florianópolis.

Posteriormente, far-se-á uma avaliação dos índices de preço ao consumidor no município de Florianópolis, dando ênfase a questão da sazonalidade. Além disso, será feito uma análise da ascendência ou declínio dos índices no período e município em estudo relativamente a outros índices de preços brasileiros.

1.5 - Organização do Trabalho

No Capítulo I, faz-se uma breve análise da economia brasileira no tocante a problemática do tema proposto "Preços, Sazonalidade e Bem-Estar do Consumidor em Florianópolis - 1993-1995", com seus respectivos objetivos e metodologia. Já no Capítulo II, como revisão de literatura, enfoca-se o bem-estar dos consumidores, índices de preços e a sazonalidade. A análise da sazonalidade dos índices de preços ao consumidor do Brasil, é feita no capítulo III. Nele,

además, centra-se o foco da análise nos movimentos dos preços pagos pelos consumidores em Florianópolis, tal como medidos pelo IPC-ITAG. Por fim, este capítulo ainda busca avaliar seu nível de consumo e inadimplência. Por último no Capítulo IV, faz-se uma avaliação do grau de atendimento aos objetivos propostos nesta monografia, também apresentando as conclusões dela resultante.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DE LITERATURA

2.1 - Bem-Estar do Consumidor

A formação da sociedade de consumo iniciou-se a partir da revolução industrial, na Inglaterra no final do século XVIII. Desde então, esta evolui e se desenvolve como um fluxo de circulação que abrange todos os homens numa rede de relações sociais, em que produzir e adquirir mercadorias se torna o eixo fundamental de boa parte das ações humanas. Pietrocolla (1989, p. 101) salienta que a sociedade de consumo torna-se a expressão mais clara e moderna no capitalismo, mas países periféricos, como o Brasil, caracterizam-se segundo este autor, por:

“... profunda desigualdade social, onde uns poucos usufruem de todos os bens e a grande maioria mal sobrevive. Esta desigualdade se materializa no modo como vivem as pessoas das diferentes classes e segmentos sociais e se traduz em última instância no modo como se apropriam da riqueza através do consumo”.

Verifica-se ainda neste contexto um fator de caráter conjuntural, dado pelo índice inflacionário, o qual é responsável por variações no padrão de consumo, entre as diferentes classes sociais e dentro de uma mesma classe. As classes de menor poder aquisitivo têm-se diferenciado por consumo em bens de baixa elasticidade de renda. Assim, na presença destes índices inflacionários, ocorre a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

No contexto de inflação elevada, as decisões de preços passaram a ser definidas pelas *“expectativas inflacionárias”*, que devem ser vistas como um conjunto de informações que envolvem o comportamento esperado das variáveis estratégicas dos empresários, ou seja:

“... como a evolução da demanda e dos custos nos respectivos mercados, e a variação de alguns preços-chaves relacionados aos desequilíbrios estruturais da economia nas áreas externa (taxa de câmbio) e fiscal (tarifas públicas e carga fiscal-tributária)”. (Romano e Pinho, 1991, p.35)

Neste sentido, os empresários, sabendo das projeções dos índices inflacionários, ajustam os preços dos produtos, esperando pequena reação por parte dos consumidores. Todavia um, sub conjunto de consumidores muda seus hábitos de consumo, trocando os produtos cujo preços relativos se elevaram por produtos substitutos. Os primeiros reduzem sua despesa no bem, também passando a adquirir bens de

menor qualidade, também como sugere a teoria concernente à substituição. Portanto, observa-se que o consumidor de menor poder aquisitivo é o mais penalizado pelos índices inflacionários devido a perda do poder de compra.

A divisão do trabalho, as pesquisas tecnológicas para o aumento da produtividade, a produção em massa e a procura de máxima eficiência constituem aspectos da atividade humana na busca de melhor padrão de vida. Além disso, a sociedade passa a desejar não apenas uma maior quantidade de mercadorias para o consumo, como também deseja que as mercadorias sejam de melhor qualidade, maior variedade e mais mercadorias.

Assim, o consumidor faz comparações das utilidades das mercadorias que escolhe, verificando as diferentes alternativas de consumo de bens ou de combinações de bens capazes de atender a suas necessidades. Neste sentido, pode-se definir que o equilíbrio do consumidor será obtido sempre que este maximizar sua satisfação dentro de sua restrição orçamentária¹, uma vez que o preço das mercadorias consumidas aparecem para ele como parâmetros: .

“No sentido específico do consumidor, as forças em oposição são representadas, por um lado, pelas suas necessidades ou desejos que se manifestam com certa intensidade e são limitados em cada período pela sua renda disponível, por outro lado, pelos preços que representam o sacrifício a ser feito para a obtenção dos bens

¹ Miller (1981, p.; 39) coloca “restrição orçamentária como a restrição imposta à tomada de decisão do consumidor por uma combinação de renda e preço. Geralmente é definido como a renda monetária disponível por unidade de tempo, e preços em unidades monetárias por unidade”.

capazes de atender às necessidades sentidas naquele período". (Garofalo, 1992, p. 73)

Por outro lado, a política econômica pouco tem se empenhado em desenvolver ações que visem a melhoria da qualidade de vida das classes menos favorecidas, principalmente nas áreas de educação, emprego, habitação, alimentação e outras. Porém, isto vem ocorrendo há vários anos, já que o governo não tem desenvolvido uma política econômica que visa promover a melhor distribuição de renda. Tal política redistributiva é imprescindível, pois a maioria da população sequer recebe renda mínima para garantir sua sobrevivência.

Assim sendo, admite-se como efeito compensatório que o consumidor ganhe um aumento de salário, porém na maioria das vezes não atinge o patamar da inflação. Em outras palavras, a compensação salarial tem por objetivo manter o poder de compra do consumidor; mas na realidade não proporciona o mesmo nível de satisfação que se encontrava antes da variação dos preços. Em outras palavras, o aumento do salário nominal do consumidor em termos de poder de compra é apenas aparente, não atingindo, na maioria das vezes, níveis de plena satisfação.

Em resumo, o consumidor se dispõe a atingir o nível de poder de compra, comprando produtos cujos preços são menores ou até produtos similares, devido a seu empobrecimento. A conversão salarial que ele periodicamente experimenta não mantém seu poder de compra,

ou poder aquisitivo². Isto é, dependendo de sua estrutura de preferências e orçamento, o consumidor pode maximizar sua satisfação, ou bem-estar com produtos similares mesmo que de qualidade inferior.

Por outro lado, observa-se que nas modernas economias capitalistas são até comuns comportamentos imprevidentes que eliminam a conotação ética do comportamento de maximização da satisfação do consumidor. Todavia, o consumidor não representa o seu “ser” individualmente, porque eticamente a utilidade do consumo não é aprovada pela sociedade. Ademais, o consumidor procura atingir sua satisfação não do ponto de vista do “ser” mas do ponto de vista do “ter”, que embora racional é aceito pela sociedade. Entretanto, se o consumidor tomar suas decisões, à medida que procura maximizar sua satisfação, deve conhecer as diversas alternativas de satisfação, e logicamente também deve saber valorizá-las.

Uma dificuldade adicional concernente à avaliação do nível de bem-estar do consumidor é que este pode gastar seu orçamento em produtos que provavelmente não trazem a máxima satisfação. A massificante propaganda pode induzir à aquisição de bens e serviços que, sem ela, sequer seriam cogitadas.

A partir disto, o comportamento do consumidor é continuamente alterado pelos efeitos da propaganda que visa a promoção de vendas. Assim sendo, o grau de conhecimento dos

² Garófalo (1992, p. 75) esclarece que: “... o poder aquisitivo é medido em termos das quantidades adquiridas de cada um dos bens. Alguns autores consideram o poder de compra assim medido como *proxy* do padrão ou nível de vida do consumidor”.

produtos colocados a sua disposição é um dos elementos de peso para o seu bem-estar.

Neste contexto, pode-se acrescentar que o consumidor é induzido a comprar bens colocados a sua disposição, sem o conhecimento integral do sistema de crédito. Por contraste a teoria que o apresenta como soberano, na realidade é fato comum a sua ignorância com relação à melhor maneira de atender as suas necessidades. Dependendo do sistema de crédito, mesmo o consumidor de menor poder aquisitivo alimenta a fantasia do poder, prestígio e bem-estar com suaves prestações mensais.

Outrossim, cumpre esclarecer que as preferências do consumidor para aquisição de um produto, na maioria das vezes não tem utilidade somente para si, mas também para sua família. Os hábitos de consumo são modificados, à medida que se vai modificando as preferências em função de novos desafios recebidos pelos integrantes da economia doméstica..

É sabido que o consumidor, tendo uma elevação de renda, certamente irá modificar seus hábitos de consumo. O consumidor pertencente à classes de baixo poder aquisitivo despende a quase totalidade de sua renda no consumo de produtos básicos de alimentação. À medida que passa a obter níveis maiores de renda, passa a desfrutar de um padrão de alimentação de melhor qualidade e mais diversificado,

também passando a adquirir outros bens de consumo não-durável e mesmo alguns duráveis.

Entretanto, a procura por produtos alimentícios possui um limite, o de satisfazer o bem-estar do consumidor. Consequentemente, o montante de sua renda deslocada para alimentação torna-se constante, independentemente da elevação desta. Isto ocorre geralmente com a alimentação básica e os produtos de primeira necessidade. À medida que experimenta elevação em sua renda, o consumidor aspira alcançar maior satisfação, voltando-se à aquisição de produtos especializados. Por exemplo, se já possui um televisor, deseja um segundo ou modelo maior e/ou mais sofisticado.

Em tempos de economia inflacionária, o consumidor perde a noção de quanto realmente vale seu dinheiro. Neste contexto, é difícil analisar até que ponto o consumidor atinge o seu pleno bem-estar. Porém, esse período geralmente é de curta duração. Devido às mudanças na política de preços adotadas por empresários que visam obter lucros, os aumentos adicionais nos preços dos produtos consumidos além de elevarem o nível de inflação, contribuem para a redução do poder aquisitivo do consumidor e sua família.

O bem-estar do consumidor processa-se à medida que este propicia a si e a sua família bens e serviços como saúde, educação, lazer e outras necessidades básicas. Contudo, os meios de comunicação induzem muitas vezes o consumidor a adquirir produtos e serviços que

não seriam escolhidos. Deve-se acrescentar que os avanços da modernidade estimulam o consumidor a canalizar boa parte do seu salário a atender prestações para atender o seu bem-estar que nem sempre são reais. Por isto é que Michael e Melo(1996, p. 100) colocam que: *“os juros estão nas alturas, mas a simples perspectiva de regras estáveis e a ilusão dos baixos valores das prestações têm soado como o canto da sereia para os consumidores”*.

À medida que o consumo, a riqueza e o lazer passam a ser ampliados, melhora a situação do bem-estar do indivíduo. O ambiente de trabalho, o estado de saúde, educação também são fatores que determinam o nível de satisfação do indivíduo. Contudo, Filellin (1989, p. 30) coloca restrições que podem afetar a maximização da função de bem-estar que são os *“níveis passados de situação de vida, a expectativa de vida e a situação de renda presente e futura”*. Por outro lado, o indivíduo busca através do bem-estar a realização do seu projeto de vida, o que determinará a sua satisfação pessoal ou não.

Analisando o comportamento do consumidor de Florianópolis, apesar de ser uma população miscigenada a cultura de consumo ela possui o mesmo rol de produtos de consumo de outras capitais brasileiras. Como elas, o consumidor de baixa renda de Florianópolis tem carência em relação ao seu bem-estar, tanto em relação em obras sociais como em relação a bens materiais e de serviços. Todavia, vem ocorrendo algumas mudanças significativas que

proporcionam um melhor nível de bem-estar ao consumidor de Florianópolis, como a humanização da cidade, melhoria do sistema de transporte coletivo e vias de acesso urbano.

Além disso, alguns empresários vêm introduzindo inovações tanto tecnológicas como de melhor atendimento ao consumidor. Este fato decorre em parte, do fato de que - com o advento do código de defesa do consumidor - as exigências são crescentes e o consumidor procura saber mais sobre seus direitos a fim de atender as suas necessidades de bem-estar.

A população consumidora da cidade é composta basicamente de funcionários públicos, prestadores de serviços e profissionais liberais. Observa-se, assim, que o bem-estar da população ocorre conforme o seu nível de renda que tem base no processo de produção e distribuição que caracterizam as atividades do município.

Para finalizar, acredita-se que com a estabilização da moeda, os ganhos de renda real das classes mais pobres alteraram alguns hábitos de consumo da população, promovendo mudanças culturais e proporcionando-lhes mais bem estar.

2.2 - Índices de Preços

Em relação ao bem-estar do consumidor, a teoria econômica sugere que as variações nos preços das mercadorias têm o poder de

influenciá-lo. Ademais, em virtude do que foi chamado de efeito substituição, os índices de preços, e os índices do custo de vida em particular, por sugerirem modificações também nos preços relativos, podem apontar para mudanças contínuas nos hábitos dos consumidores. Assim sendo, o índice de preços ao consumidor ou índice de custo de vida, permite avaliar a quantidade de unidades monetárias que o consumidor precisaria gastar no período de referência para consumir as mesmas quantidades dos mesmos itens adquiridos no período de base.

Definido os objetivos a serem alcançados com a computação de números índices, Silveira (1993, p.79) também permite que se derive uma definição índice de preços ao consumidor:

“ ... índice de preço ao consumidor, ou de custo de vida, na prática tem por objetivo medir as influências das variações de preços cobrados dos consumidores de uma determinada faixa de renda e região, sobre o dispêndio total de aquisição de um conjunto de bens e serviços pelo referido grupo social em períodos distintos de tempo”.

No que diz respeito ao equacionamento geral da questão de mensuração da variação nos preços das mercadorias, Silveira (1993 p.), reporta-se a uma passagem de Ragnar Frisch, apresentando dois meios distintos para se abordar o problema:

1 - “Critério Atomístico”, que considera impossível a definição lógica única do número índice, devido à impossibilidade de medir de forma igual variáveis distintas fisicamente;

2 - “Critério Funcional”, que considera possível a definição a partir do princípio de que os preços e as quantidades estejam ligadas por relações típicas.

Naturalmente, o primeiro critério é intratável empiricamente, ao passo que o segundo permite a formulação genérica de um conceito operacionalmente útil de índice de preços:

$$P = (\text{valor a preços correntes})/(\text{valor a preços constantes}).$$

Existem infinitas maneiras operacionalmente significativas de se constituir essa razão, sendo as mais comuns intituladas de índice de preços de Laspeyres e índice de preços de Paasche. Em notação matemática

$$P_L = (\sum p_i q_0)/(\sum p_0 q_0)$$

e

$$P_P = (\sum p_i q_i)/(\sum p_0 q_i),$$

onde P_L é o índice de preços de Laspeyres, P_P é o índice de preços de Paasche, P_i é o preço pago pelo consumidor para adquirir uma mercadoria genérica no ano i , ou ano final de dois períodos, p_0 é o preço no período inicial, q_i é a quantidade adquirida no período final e q_0 é a quantidade adquirida no período inicial.

Em particular, o índice de preços de Laspeyres pode ser visto como:

$$P_L = \sum W_o (p_i/p_o),$$

onde o W_o é o peso em valores correntes do ano inicial “a preços correntes” que uma mercadoria genérica apresenta no orçamento do consumidor.

Visto desta maneira, o índice de preços de Laspeyres é o preferido nas investigações sobre variações nos preços pagos pelos consumidores, pois as variáveis W_o , p_i e p_o são facilmente observáveis e fácil obtenção.

Segundo Endo (1984, p. 15), o conceito de Índice de Preço ao Consumidor ou mesmo o Índice de Custo de Vida:

“... localiza-se na Teoria Econômica do Consumidor, partindo da hipótese de comportamento racional onde cada pessoa busca maximizar a satisfação decorrente do consumo de bens e serviços tendo como restrição, à satisfação de seus desejos, a renda disponível”.

Este autor, ainda conceitua IPC ou ICV como sendo:

“... o conceito teórico que envolve três componentes básicos: a renda, a estrutura de preços relativos, e as preferências dos consumidores. adotando-se a hipótese de que os consumidores são racionais e, portanto, desejam atingir o maior nível de satisfação possível de suas preferências, sob as restrições do nível de renda e da estrutura de preços relativos, em cada momento de tempo, determina-se as quantidades consumidas a partir das quantidades e dos

preços vigentes obtém a estrutura de gastos dos consumidores”.

Em outras palavras, é importante colocar que, para se obter um eficiente índice de preço ao consumidor é necessário estruturar um sistema de ponderação (W_o) e fazer a coleta dos preços (p_i e p_o). É por isto que a estrutura de ponderação normalmente é realizada através de Pesquisa de Orçamento Familiares (POF).

Os aspectos a serem considerados para o desenvolvimento de uma Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) são colocados por Gualda (1988), citado por Silveira (1993, p. 80), através de alguns tópicos:

- problemas de amostragem;
- instrumentos de coleta;
- grupo social de referência;
- rol de bens e serviços;
- método de agregação; e
- duração e periodicidade das pesquisas.

Acrescente-se (ibid) que o sistemas de coleta de preços por sua vez deve compreender:

- painel de bens e serviço;
- painel de locais de compra;
- subponderações por marca e tipo de produto, e por local de compra;

- tomadas de preços;
- procedimentos de imputação, na ausência do local e/ou do produto; e
- procedimentos nos casos de desaparecimento e mudança na qualidade dos produtos, e surgimento de novos.

No tocante ao problema dos índices de preços, verifica-se a possibilidade de que os pesos venham a se tornar obsoletos em virtude de alterações nos gostos dos consumidores, bem como alterações nas quantidades relativas compradas. Um problema adicional no cálculo de índices de preços diz respeito às alterações na qualidade dos produtos, as quais impedem a correta avaliação da satisfação dos consumidores. Neste sentido, se um preço mais alto representa melhor qualidade, é evidente que não há aumento de preço por unidade de qualidade constante no produto. Assim, é possível que os índices de preços superestimem a taxa de inflação, pois as melhoras na qualidade superam os decréscimos de qualidade se forem tomadas adequadamente em consideração.

Em Florianópolis, o Índice de Preço ao Consumidor é calculado e divulgado pelo Instituto Técnico de Administração e Gerência - ITAG, que elabora uma estimativa da evolução dos preços de 319 bens e serviços, componentes da cesta de consumo das famílias residentes no município de Florianópolis, pertencentes à faixa de renda de 1 a 20 salários mínimos.

Como os índices marcados pela diluição dos eventuais aumentos de preços por todo o ano, são incorporados mecanismos de indexação e de inércia inflacionaria, fazendo com que ocorram distorções na mensuração do fenômeno que se quer avaliar.

Mesmo assim o Governo vê os índices com desconfiança, segundo Dallari (1995, p. 5) (Ministro da Fazenda) *“não estamos numa rota de deflação (é o contrário de inflação) que significa queda generalizada de todos os preços, o que, se for contínuo, leva à recessão. Estamos sim em ritmo de baixa inflação”*.

Por outro lado, Nassif (1994, p. 3) salienta que *“mais do que a tal da inércia inflacionaria, o que causa inflação no País é a inércia das sucessivas políticas econômicas e dos Institutos de Pesquisa de Preços”*.

Diante do exposto, conclui-se que para o combate permanente à inflação, o Governo deveria contribuir com política de ajustes das taxas de juros e de preços que não penalizassem tanto os empresários como os consumidores, e quando houvesse distorções de preços os institutos de pesquisa deveriam dar sua contribuição ao País *“DESSASONALIZANDO”* definitivamente seus índices.

A seguir, apresentam-se alguns índices de preço ao consumidor em estudo, os quais encontram-se em anexo no final desta monografia:

- 1 - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IPG-DI/FGV;
- 2 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE;

3 - Índice de Preços ao Consumidor - IPC/FIPE;

4 - Índice de Preços ao Consumidor - IPC/FGV;

5 - Índice de Preços ao Consumidor - IPC/ITAG.

No entanto, as pessoas entendem o Índice de Preço do Consumidor, também conhecido como o IPC, ou Índice de Custo de Vida e chamado de ICV, como o índice que expressa globalmente o inflação, sem se perceber que é apenas mais um indicador global dos preços dos diversos bens e serviços.

No próximo capítulo trata-se de comparar a evolução dos preços e de outros indicadores relativos ao comportamento dos consumidores de Florianópolis, na tentativa de constatar o efeito de dessazonalização sobre as variações dos preços.

2.3 - Sazonalidade

Enfocam-se neste item, os procedimentos para o cálculo da sazonalidade, tendo em vista que tanto o bem-estar do consumidor, à medida que pode ser mensurado pela evolução dos preços e dos indicadores de acesso ao crédito direto, é influenciado por variações sazonais. Assim, pode-se afirmar que a sazonalidade no bem-estar do consumidor ocorre em resposta a alguns fatores que serão enumerados abaixo.

Por outro lado o bem-estar do consumidor também depende de outros fatores que não apresentam esse caráter sazonal. Ao contrário, ele também é determinado pelas componentes tendencial, cíclica e aleatória.

A componente “tendência” pode ser encarada como a parte da série temporal que acusa movimento suave, ou regular através de um período longo de tempo, e pode ser identificada como movimento persistente em alguma direção.

Nesse sentido, é colocado que para ocorrer o crescimento econômico do país, os órgãos governamentais necessitariam ajustar a tendência dos efeitos das diferentes políticas à economia privada. Para tanto, é importante a atuação governamental sobre o comportamento da economia privada, e sobre a avaliação das relações estruturais da economia. A partir disto, haveria um maior conhecimento da estrutura da economia privada que possibilitaria projetar tendências econômicas, a fim de que a política governamental permaneça inalterada ou se modificar, segundo diretrizes específicas.

A componente “cíclica” pode ser entendida como parte da série temporal que apresenta um movimento em torno da tendência ao longo do tempo. Pode ainda ser identificada quando o intervalo de tempo entre as observações for maior ou igual a um ano.

Para que os ciclos econômicos sejam prolongados em períodos positivos e deixando para traz seus períodos negativos em caso

de uma ameaça de recessão, moderando sua amplitude e encurtando sua duração, é necessário que o governo aplique meios para manter níveis elevados de emprego e produção. Contudo, é importante registrar que as novas mercadorias colocadas no mercado devido ao avanço tecnológico e os novos custos de produção da indústria contribuem para o crescimento ou declínio de certas indústrias.

O componente “aleatório”, refere-se a perturbações sem causa previamente discernível, ou ocasionadas por mudanças na política econômica, como por exemplo nos congelamentos de preços e nas mudanças de moeda, onde verificam-se mudanças bruscas de hábito de consumo. Ademais, os preços especulativos por parte dos empresários contribuem para a elevação dos índices inflacionários e excessiva flutuações de preços, sobretudo nos momentos de dificuldade econômica.

No que diz respeito especificamente à sazonalidade, esta pode ser definida como: *“a variação que ocorre numa série temporal nos mesmos meses do ano, mas ou menos com a mesma intensidade. Tem muita aplicação na explicação de movimentos de preços de produtos agrícolas cuja safra e entressafra correspondem a períodos determinados do ano”*(*Dicionário de Economia*, 1994, p.317).

Nesse sentido é importante salientar que a variação sazonal é um movimento característico das séries temporais, utilizado para previsões a curto prazo. Um exemplo característico é que empresários

sabem que as vendas aumentam em determinado mês do ano, podendo assim planejar seus estoques de acordo.

Fonseca(1985, p.142) esclarece que:

“A sazonalidade é evidenciada quando os dados são registrado semanalmente, quinzenalmente, mensalmente, bimestralmente etc...; em geral usando o intervalo de tempo for inferior a um ano”.

Desta forma, existem alguns fatores que provocam movimentos sazonais no consumidor, preços em geral, e no crédito direto ao consumidor. São eles: facilidades no crédito a prazo, aumento do poder aquisitivo, estabilização dos preços, consumo de mercadorias de outras regiões, aumento do número de emprego no mês de verão, crescente procura por automóveis populares, elevadas taxas de juros, consumo de produtos de menor qualidade.

Quando se trabalha com séries de periodicidade inferior a um ano, portanto, pode-se supor que, na maior dos casos, vai se encontrar o fenômeno da sazonalidade. Ao se constatar que os movimentos estacionais provocam distorções na compreensão da evolução de alguns patamares, foram criadas algumas regras práticas para contornar tais distorções.

De acordo com Gualda, que é citado por Valente(1992, p.35), pode-se contornar os problemas das variações sazonais adotando as seguintes soluções:

- 1) Omitir o produto da amostra;
- 2) Manter constante o último preço durante o período em que o produto é ofertado;
- 3) Desprezar a ponderação do artigo no subgrupo ou grupo em que o produto não é oferecido;
- 4) Deixar fora todo índice todos os produtos de caráter estacional;
- 5) Substituir o produto em falta por outro similar (quando existe) e
- 6) Empregar ponderações variáveis conforme a estação.

Mais formalmente que este tipo de regra prática, existem três métodos para se avaliar os índices sazonais, como aponta Fonseca(1985):

- 1) Método da Porcentagem Média;
- 2) Método da Porcentagem da Tendência;
- 3) Método da Porcentagem das Médias Móveis.

O método da porcentagem média é calculado através dos seguintes passos: a primeira etapa consiste em exprimir os dados para cada subperíodo mensal como porcentagem da média anual. A média das porcentagens dos diferentes anos resultam no índice sazonal para cada mês.

Com o somatório dos valores mensais de cada ano, divide-se por doze meses, achando-se a média anual. Em seguida toma-se

cada valor do mês de referência, multiplica-se por cem e divide-se pela média anual que resulta na porcentagem da média anual. Toma-se o somatório das porcentagens médias, dividindo-o pelo número de anos, resultando no índice sazonal. Pode-se ainda isolar o dado da variação resultando no índice sazonal, dividindo-se pelo índice sazonal do mês correspondente, e multiplicando-se por 100, o que resultará nos valores ajustados. Caso este índice resultante seja 100 ou muito próximo, ele mostra que não há variações sazonais. Segue-se abaixo a fórmula para o cálculo:

$$D_i = V_i / (\sum V_i / 12) \quad i = 1, 2, 3, \dots, 12$$

onde **D_i** é o número relativo do dado mensal com relação à média anual, e **V_i** é o valor original da variável que se deseja estudar a sazonalidade.

Em seguida tomam-se os números relativos D_i dos meses correspondentes a cada ano da série em estudo e calcula-se sua média.

$$S_i = \sum_j D_i / n \quad j = 1, 2, 3, \dots, n$$

onde S_i é o índice sazonal, e n é o número de anos para os quais se dispõem de informações da variável V_i .

Para calcular os índices sazonais ajustados calcula-se:

$$A_i = y_i / S_i$$

O segundo método para avaliar o índice sazonal chama-se de método da porcentagem da tendência. Os dados de cada mês são

expressos em porcentagens dos valores da tendência para cada ano. A média das porcentagens dos meses correspondentes, fornecem então o índice desejado. Em síntese são estes, para obtenção dos índices sazonais:

I Ajusta-se a tendência: $Y = a + bx$;

II - Calculam-se os valores da tendência, substituindo-se o valor de x na equação obtida em (I) - $Y_c = a + bx$;

III - Calculam-se os quocientes $\frac{Y_{obs}}{Y_{cal}} : \frac{Y_i}{Y_c}$

IV - Determinam-se para cada mês a média dos resultados encontrados no passo (III), obtendo-se os índices $\Sigma Y/Y_c:n$;

V - Caso haja necessidade, ajustam-se os índices sazonais - $Y_c = a + bn$.

Onde:

Y = variável dependente;

n = número de períodos;

x = variável independente.

Ainda para avaliar o índice sazonal, tem-se o método da porcentagem das médias móveis, que segue os seguintes passos:

I - Calcula-se uma média móvel de 12 meses;

II Calcula-se uma média móvel de 2 meses para centrar a média de 12 meses no meio dos meses. Obtendo-se uma média móvel centrada de 12 meses;

III - Calculam-se, então, os dados como porcentagem da média móvel centrada de 12 meses;

IV - Calcula-se para cada mês a média das porcentagens, obtendo-se os índices sazonais.

Dado um conjunto de números : $Y_1, Y_2, Y_3, \dots, Y_n$, define-se uma média móvel de ordem N , que é obtida pela seqüência das médias aritméticas, como segue abaixo.

$$\sum_{i=1}^n Y_i/N \quad \text{e} \quad \sum_{i=1}^{n+1} Y_i/N$$

As somas dos numeradores são denominadas médias móveis de ordem N . Se os dados são fornecidos anualmente ou mensalmente, as médias móveis de ordem N são denominadas respectivamente, média móvel de N anos ou N meses. Por conseguinte no presente trabalho refere-se a média móveis de três anos, doze meses, etc..., podendo ainda ser usada outra unidade de tempo. Ademais foi adotado, o método da porcentagem média, ao invés do método da porcentagem da tendência e o método da porcentagem médias móveis, pois este método proporciona um processo rápido e simples para a construção de índices sazonais. Já o método da porcentagem da tendência procura utilizar a tendência dos dados para calcular os índices sazonais e o método das médias móveis refletem

tanto a tendência como os fortes movimentos cíclicos para avaliar as variações sazonais.

Estes dados, são por sua vez importantes e muito utilizados para calcular os índices e variações sazonais, porém optou-se pelo método da porcentagem média por que o objeto deste trabalho foi o de analisar os índices sazonais sem a tendência dos dados e as variações cíclicas.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DA SAZONALIDADE DO BEM-ESTAR DO CONSUMIDOR.

Neste capítulo, far-se-á o exame da sazonalidade ocorrida nos índices de preços ao consumidor, no volume de informações do Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, e nos registros dos mesmo pela inadimplência incidida pelo consumidor, no período de 1993-1995, no município de Florianópolis. Busca-se analisar as influências de fator sazonal sobre o bem-estar deste consumidor. Por bem-estar do consumidor, entende-se a satisfação derivada da aquisição de bens e serviços que suprem suas necessidades básicas e/ou de seus familiares.

Os índices de preços ao consumidor a serem analisados serão os seguintes: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC-IBGE, Índice de Preços ao Consumidor - IPC-FIPE, Índice de Preços ao Consumidor - IPC-FGV e o Índice de Preços ao Consumidor - IPC -ITAG.

Além dos índices, acima citados estudar-se-á o volume de informações, os registros de inadimplência dos consumidores nos Serviços de Proteção ao Crédito - SPC, fornecidas pela Federação da Câmara dos Dirigentes Lojistas no município de Florianópolis.

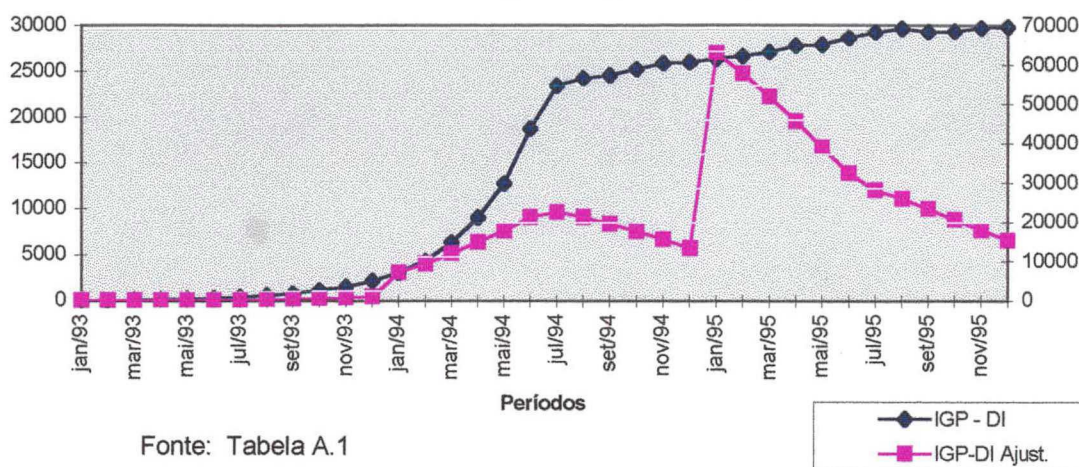
O IGP-DI é calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde 1947. Ele foi considerado até novembro de 1985 o estimador oficial da inflação brasileira. Tanto no que se refere à área geográfica abrangida quanto ao número de itens de preços pesquisados, o IGP-DI é o índice de preço mais abrangente. Por isso, dada a sua ampla cobertura amostral, ele está consagrado como o de maior representatividade nacional.

Sua coleta de preços é realizada durante o mês - calendário (01 a 30 do mês de referência), sendo consultados os preços das matérias primas industriais, passando pelos preços de produtos intermediários, até os de bens e serviços finais construídos pelas famílias, num total de mais de 120.000 cotações.

O Gráfico 1 mostra a aceleração inflacionaria, ou seja o crescimento dos preços no período compreendido entre janeiro de 1993 e dezembro 1995, atingindo um patamar de 29,761%.

GRÁFICO 1

Taxas Mensais do Crescimento dos Preços - Jan. 93/Dez.95
Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna



É verificado ainda que no ano de 1993 o crescimento dos preços foi de 2081%, tendo como elemento associado a instabilidade política, dificuldades na entressafra agrícola, e os efeitos da nova política salarial.

Com as taxas de juros elevada, e o governo tentando conter o consumo e a incerteza do futuro plano econômico, os acelerados índices de inflação fazem com que o consumidor direcione os recursos que constituiriam sua poupança para o consumo de bens.

Viu-se que as evoluções mensais dos preços no ano de 1993 são crescentes, acompanhando os índices sem o efeito da sazonalidade. Por sua vez, é visto ainda que o índice sazonal no primeiro semestre do ano é menor de 100%, e no segundo semestre é maior de 100%. Mostram-se

assim ascendentes o ano de 1993 tanto o índice com a sazonalidade como o índice ajustado, ou seja dessazonalizado.

No ano de 1994, para o índice com o efeito da sazonalidade continua a ascendência. Também é verificada tal evolução com relação ao índice sem o efeito da sazonalidade em menor proporção até julho, caindo no mês seguinte. A razão deste comportamento é a redução brusca na taxa de crescimento do índice inflacionário com o novo plano econômico - plano real.

A inflação que persistiu no início do ano foi devida à apreensão dos agentes econômicos e às possíveis medidas intervencionistas que emergiram juntamente com o plano de estabilização da moeda. A visível aceleração dos preços ocorrida com a introdução da URV (indexador do governo), em março de 1994, foi um grande fator para a explosão hiperinflacionária.

A queda do índice sem o efeito da sazonalidade persiste até dezembro de 1994. Já em janeiro de 1995, o índice teve uma elevação que atingiu patamares elevados acima da média, o mesmo sendo observado para o índice com o efeito da sazonalidade. Este índice continua apresentando pequenas elevações no ano de 1995, enquanto que o índice ajustado tem declinado a partir de junho de 1995 a patamares inferiores ao dos índices com efeito da sazonalidade.

Neste contexto, é importante afirmar que a taxa de inflação com efeito sazonal em níveis reduzidos foi consequência do aperto

monetário, queda nos preços agrícolas no atacado, e o impacto da correção das tarifas públicas. Observa-se ainda, no final do período alguma deflação, tendo como causa a queda expressiva nos preços dos produtos agrícolas no atacado em pleno final da entressafra, e queda nos preços dos bens de consumo duráveis.

O segundo índice a ser examinado é o INPC. Este é calculado através da média ponderada dos índices referentes a 11 regiões metropolitanas, sendo a estrutura de pesos entre elas dada pela importância relativa de cada uma, medida pela “população residente urbana”.

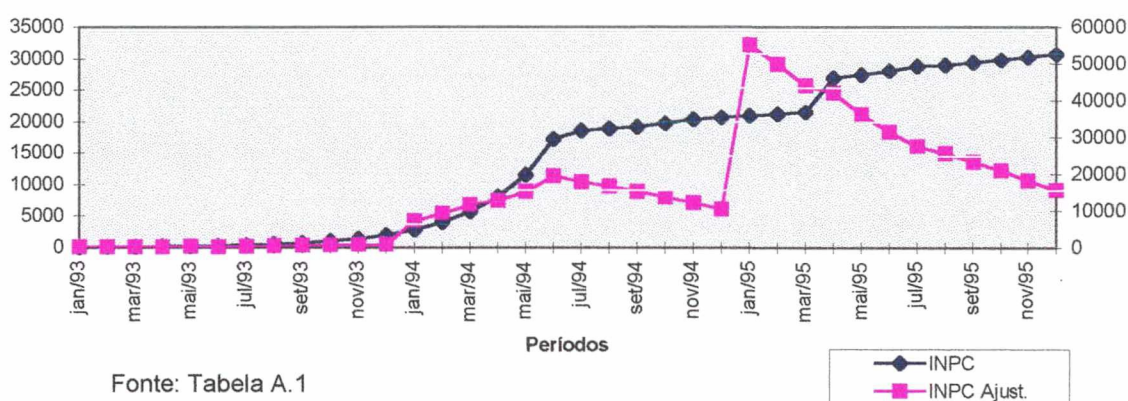
Cada índice metropolitano, por sua vez, é calculado com base em uma estrutura de pesos. Essa estrutura de pesos foi definida com base na pesquisa de orçamento familiares (POF) realizada de março de 1987 a fevereiro de 1988, para famílias que recebiam mensalmente entre um a oito salários mínimos. O período de observação dos preços é do início ao final de cada mês. O INPC foi considerado, de novembro - 86 até junho - 87, como o indicador oficial da inflação brasileira.

Conforme o Gráfico 2, pode-se observar um crescimento nos preços deste índice com o efeito sazonal atingindo um patamar inflacionário de 30,665%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor

apresentou um crescimento dos preços anuais de 1.911% no ano de 1993, 628.48% em 1994 e 46.44% no ano de 1995.

GRÁFICO 2

Taxas Mensais do Crescimento dos Preços - Jan.93/Dez.95
Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE



Os fatos que marcaram os respectivos anos em estudo em relação ao INPC foram, em 1993, o comportamento crescente dos preços, que dependiam de um plano que combatesse a inflação, e da taxa de juros que se mantinha elevado de forma persistente. O rumo ascendente da inflação deu-se devido às pressões da indexação salarial e correções nas tarifas públicas, além da crescente expansão da liquidez na economia.

O segundo semestre é marcado com o contínuo aumento do índice, tendo com conseqüências o aumento da instabilidade política e os efeitos da nova política salarial, bem como a escassez de produtos agrícolas e a expectativa decorrente da futura troca de moeda.

Pode-se verificar que os índices sem os efeitos da sazonalidade também são crescentes, mas em menores proporções. Já em 1994, os índices com efeito da sazonalidade são menores até junho, retornando a patamares mais elevados no segundo semestre.

O primeiro semestre do ano de 1994 foi marcado com índice na média de 40% mensais. Os preços foram majorados acima do indexador do governo - URV. É observado com maior nitidez o movimento no índice corrigido nesse período. Este índice sem o efeito da sazonalidade tem-se elevado no primeiro semestre, acompanhando o crescimento dos preços, e caindo no segundo semestre devido à queda na inflação a patamares bem reduzidos.

No ano de 1995, em janeiro a dessazonalização do índice atinge a maior elevação devido à inflação estar na faixa dos 20.000% enquanto o índice dessazonalizado o máximo, decaindo em seguida até junho.

De julho até dezembro, pode-se verificar que o índice com o efeito de sazonalidade ultrapassa o índice dessazonalizado. Neste sentido, é bom colocar que estas flutuações no índice dessazonalizado ocorrem devido ao fato de o índice apresentar variação maior no primeiro semestre de cada ano, relativamente ao segundo.

Passando ao exame do terceiro índice, deve-se observar que o IPC-FIPE é um dos índices de custo de vida mais antigos do Brasil. Este índice é medido no período de 1 a 30 de cada mês,

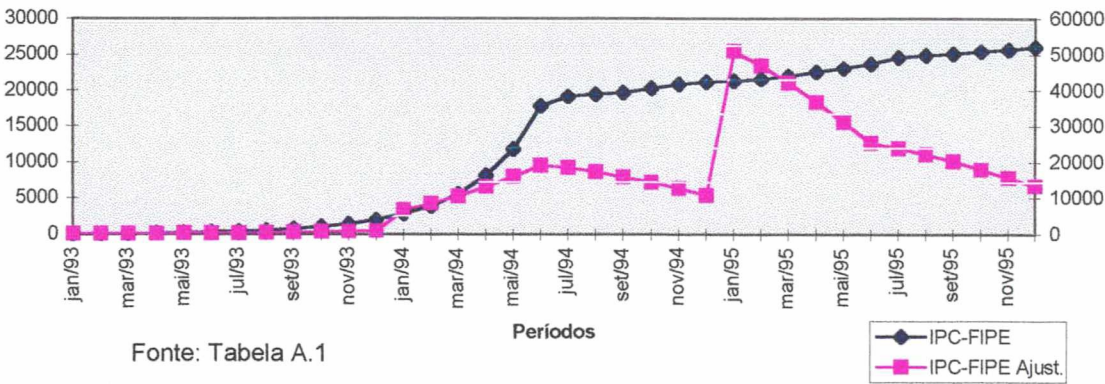
divergindo dos demais IPCs, por incluir a comparação chamada “ponta a ponta”, em que são confrontadas os preços médios da última semana do mês de referência com a mesma semana do mês anterior.

A estrutura de ponderação deste índice está embasada em Pesquisa de Orçamento Familiar-POF efetuada no período de 1991 a 1992, em que foi estimado o perfil de consumo de famílias com renda compreendida entre 2 a 6 salários mínimos.

Este índice apresenta-se com crescimento nos preços de 5.976% no período compreendido entre 1993-1995. Conforme o Gráfico 3, o crescimento de preços atinge patamares constantes de crescimentos até junho de 1994. Os níveis inflacionários elevados ocorrem devido à instabilidade no país quanto ao novo plano econômico a ser implantado, e ao elevado nível das taxas de juros, as quais pressionam o aumento nos preços dos produtos, bem como à escassez dos produtos agrícolas.

GRÁFICO 3

Taxas de Crescimento dos PReços - Jan.93/Dez.95
Índice de Preços ao Consumidor - FIPE



Fonte: Tabela A.1

O ano de 1993, é verificado ainda que os índices dessazonalizados são maiores no primeiro semestre, caindo a patamares menores do que os índices com efeito da sazonalidade.

Em 1994, a constante elevação dos preços, muitos deles acima do indexador do governo-URV, mantém-se até junho. Em julho, a inflação passou a ter índices bem inferiores até final do ano em consequência do novo plano econômico e mudança de moeda. O plano real alterou drasticamente o patamar inflacionário, de fato no segundo semestre do ano de 1994, a média mensal da inflação situou-se acima de 10%.

Já no início do ano de 1995, o índice tem apresentado pequenas elevações inflacionárias. Um grave problema é que o Governo continua emitindo moeda, deixando dúvidas se é ou não compatível com a estabilização dos preços. Em meados de abril o plano econômico passa por momento difícil, quando a elevação do nível de preços passa a dar sinais de aceleração. Neste ano ainda observam-se períodos de deflação, tendo como causa a queda excessiva nos preços dos produtos agrícolas em pleno final de entressafra e a queda nos preços dos bens de consumo duráveis.

O indicador da sazonalidade acompanha os índices com efeito da sazonalidade, apresentando uma média anual nos mesmos anos, e dando, no primeiro semestre de cada ano, índices sazonais menores que 100%.

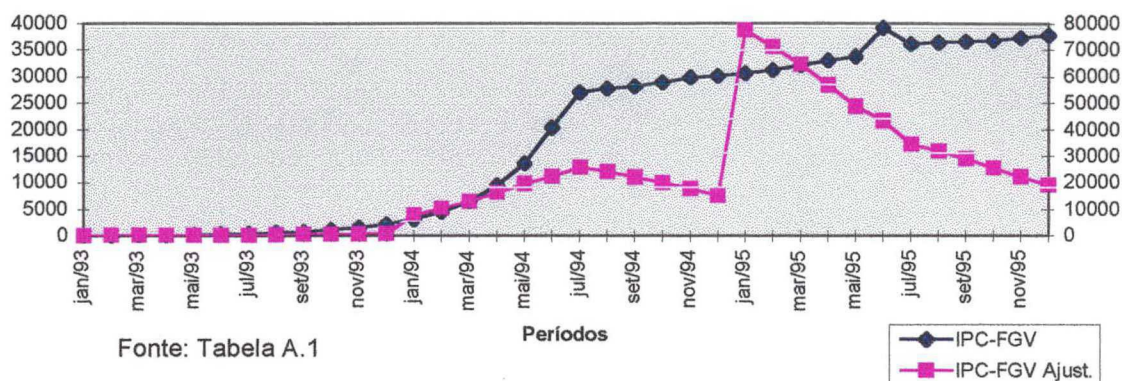
Neste contexto é apresentado o índice dessazonalizado para cada caso. Como se pode verificar, mesmo com a ascendência dos índices não corrigidos pelo efeito da sazonalidade, o índice sem o efeito da sazonalidade é ascendente no primeiro semestre e descendente no segundo. A elevação no índice dessazonalizado ocorrido em janeiro de 1995, foi em consequência de uma inflação acumulada, e tendo como índice sem o efeito da sazonalidade mais de 100% superior.

O quarto índice a ter o fenômeno sazonal examinado é o IPC-FGV. Este indicador mede a variação dos preços de um determinado conjunto de bens e serviços transacionados no varejo, tem periodicidade mensal, e os preços que o compõem são pesquisados durante o mês calendário. A coleta de preços envolve a tomada de aproximadamente 110.000 cotações, que vão desde os preços de bens destinados à alimentação até os referentes a transporte e despesas diversas. Sua abrangência geográfica restringe-se às cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. A estrutura de ponderação está baseada na pesquisa de orçamento familiar realizada no período 1985-1986, junto a famílias com renda mensal compreendida entre 1 a 33 salários mínimos.

Conforme o Gráfico 4, constata-se que a elevação dos preços, ou seja a inflação no período compreendido entre 1993-1995, foi assim distribuída: para o ano de 1993, observou-se uma inflação de 1.933%; para 1994, 642%; e para 1995, uma inflação de 11,78%.

GRÁFICO 4

Taxas Mensais do Crescimento dos Preços - Jan.93/Dez.95
Índice de Preços ao Consumidor - FGV



O ano de 1993 demonstrou taxa de inflação elevadas mensalmente, o que preocupou o Governo, levando-o a priorizar o controle inflacionário. Constata-se que a maior pressão para o índice neste início de ano deve-se aos preços no varejo. O comportamento dos preços não depende somente de um plano eficaz no combate inflacionário, mas também das altas taxas de juros, que se elevam com persistência. É verificado ainda que o aumento persistente nos preços durante 1993 deve-se à instabilidade econômica do país, e à incerteza quanto ao futuro plano econômico.

No ano de 1994 o índice apresenta uma inflação média de 40% mensais, a qual persiste devido à apreensão dos agentes econômicos e as possíveis medidas intervencionistas na nova etapa do plano de estabilização. É verificado que a aceleração dos preços ocorrida com a introdução da URV foi um grande fator para a explosão hiperinflacionária.

Em julho de 1994, verifica-se uma queda nos índices de inflação, ou seja no índice de preços ao consumidor, com a entrada do novo plano econômico - plano real. Observa-se neste período que a inflação atinge ainda índices com patamares constantes até o final do ano.

O ano de 1995 tem apresentado pequenas elevações no índice de preços ao consumidor em patamares constantes. No segundo semestre, verifica-se queda expressiva da taxa de crescimento do índice, e até mesmo leve deflação. Esta queda ocorre como consequência do aperto monetário, além da redução da demanda interna ter afetado os preços dos produtos industriais.

Assim, é importante ressaltar que, com os índices crescendo na média de 1% ao mês, pode ocorrer o crescimento econômico e estabilização da economia. A deflação teve como causas tanto a queda expressiva nos preços dos produtos agrícolas no atacado em pleno final de entressafra, como a queda no preço dos bens tanto duráveis como não duráveis.

Como se pode verificar, o índice apresenta crescimento constante até julho de 1994, com a entrada do plano real. Agora ao se comparar este índice com o dessazonalizado, é verificado que este sofre flutuações contínuas. Também neste caso, o "índice sazonal" é menor no primeiro semestre, relativamente ao segundo, tornando assim os índices sem o efeito da sazonalidade maiores no primeiro e menores no

segundo. Comparando o índice com e sem sazonalidade, este segue os três anos, sendo mais visualizada a sazonalidade do índice em questão no mês de janeiro de 1995, quando o índice observado é menor do que o índice sem o efeito da sazonalidade.

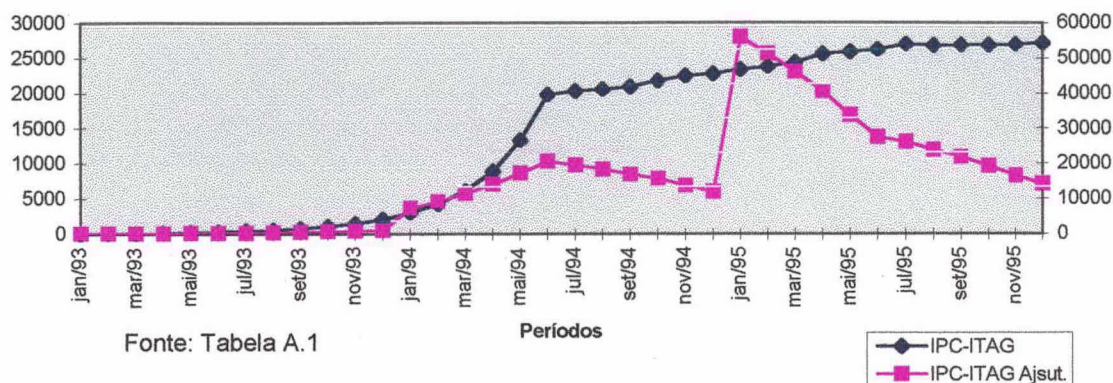
O quinto índice a ser examinado, conhecido como IPC-ITAG, constitui uma estimativa da evolução média dos preços de 319 bens e serviços transacionados no varejo na cidade de Florianópolis. A pesquisa de orçamento, bem como o cálculo do índice mensal, estão organizados em 4 diferentes níveis de agregação: alimentação, produtos não alimentares, serviços públicos e outros.

O ITAG iniciou a publicação de seu índice de preços ao consumidor no município de Florianópolis, em julho de 1968. A estrutura de ponderação foi obtida a partir de pesquisas de orçamento familiares, realizadas no decorrer do ano de 1987 junto a 382 famílias, pertencentes à faixa de renda de 1 a mais de 20 salários mínimos.

Conforme o Gráfico 5, o IPC-ITAG apresenta as mesmas características dos outros índices de preços ao consumidor do Brasil. No ano de 1993, este índice apresenta valores elevados. Em 1994, observa-se o contínuo aumento dos índices pré-estabilização da moeda, mas no segundo semestre os preços crescem mais moderadamente, devido ao novo plano econômico - plano real. Em 1995, com os preços estabilizados, ocorre leve deflação em alguns meses.

GRÁFICO 5

Taxas de Crescimento dos Preços - Jan.93/Dez.95
Índice de Preços ao Consumidor - ITAG



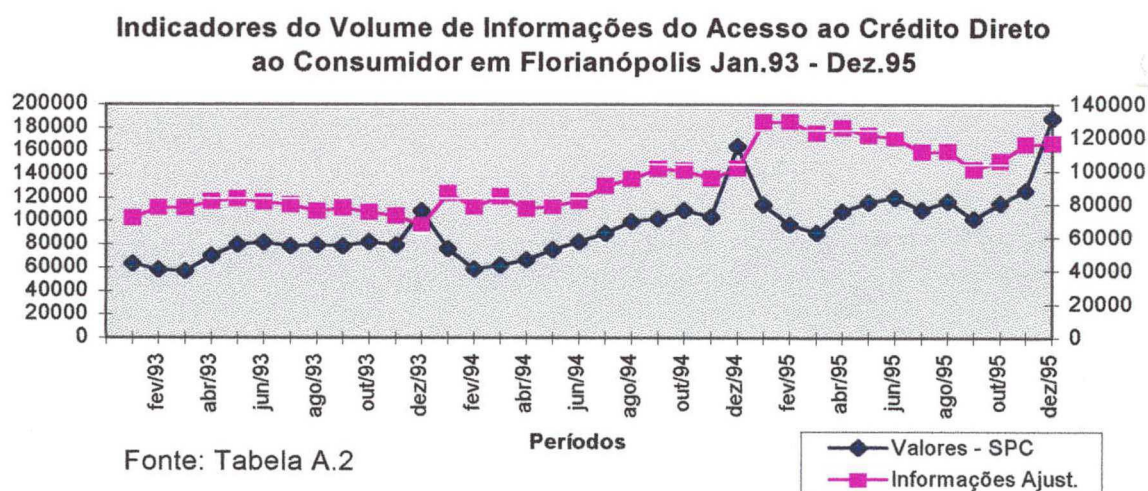
O efeito sazonal no índice ocorre de forma persistente, sendo mais visualizado no confronto entre os dois semestres do ano. Enquanto que o índice sazonal é menor que 100% no primeiro semestre, o índice dessazonalizado é crescente e no semestre seguinte ocorre o inverso.

A elevação do índice no qual se corrigiu o efeito da sazonalidade em janeiro de 1995 ocorre devido ao fato de que, em dezembro de 1994, seu valor foi pequeno, marcando ainda o contraste entre os patamares inflacionário pré e pós-plano real. Este plano, assim, atuou como um verdadeiro divisor de água precisamente na mediana do período em exame.

Em seguida, examina-se o primeiro de dois indicadores quantitativos do bem-estar do consumidor em Florianópolis. Trata-se do volume de informações do acesso ao crédito direto ao consumidor. O

Gráfico 6 mostra o volume de informações concedidas pelo serviço de proteção ao crédito-SPC, ou seja informa quanto os consumidores estão fazendo aquisições de bens no comércio do município de Florianópolis. A comparação dos valores mensais oferece uma visão de como está evoluindo comportamento do consumidor no comércio.

GRÁFICO 6



O ano de 1993 apresenta uma média de 76641 informações sobre a solvabilidade do consumidor ilhéu. É demonstrado ainda que, nos meses de maio a dezembro, as vendas a crédito estão acima da média, sendo o mês de dezembro o que obteve maior elevação acima da média.

Em janeiro de 1994, observa-se queda brusca, caindo o nível de consultas a patamares inferiores à média de 1993. Vê-se ainda que as informações de janeiro e fevereiro de 1994 decrescem, elevando-se no

mês seguinte até julho, mas abaixo da média do ano. De agosto a dezembro, as informações localizam-se acima da média, destacando-se o mês de dezembro.

Já o ano de 1995 inicia-se com patamares inferiores a dezembro de 1994, verificando-se a queda até março, elevando-se novamente até agosto, caindo em alguns pontos percentuais, e subindo novamente até o final do ano.

É verificado ainda que o mês de dezembro de 1994 apresentou um maior número de informação relativamente ao mês anterior (58,10%), enquanto o mês de dezembro de 1995 apresentou 49,3% em relação ao mês anterior. Essas cifras por si só já são eloqüente indicador da presença de sazonalidade na série em exame.

Os anos em estudo apresentaram meses mais propícios e meses retraídos para o consumo, como:

- o ano de 1993 apresentou índices inflacionários elevados, como também altas de juros para conter o consumo, mas mesmo assim o consumidor realizou seus planos de consumo;
- em março de 1994 o governo introduziu a Unidade Real de Valor-URV, como indexador oficial, e mesmo assim foi visto que o aumento dos preços foi superior ao indexador, ou seja, do que inflação em URV; e
- em julho, com a introdução do novo plano econômico-Plano Real, inicia-se uma estabilidade em patamares reduzidos no Índice de Preço

ao Consumidor. E, por sua vez, a indústria encerrou o ano com crescimento superior a anos anteriores;

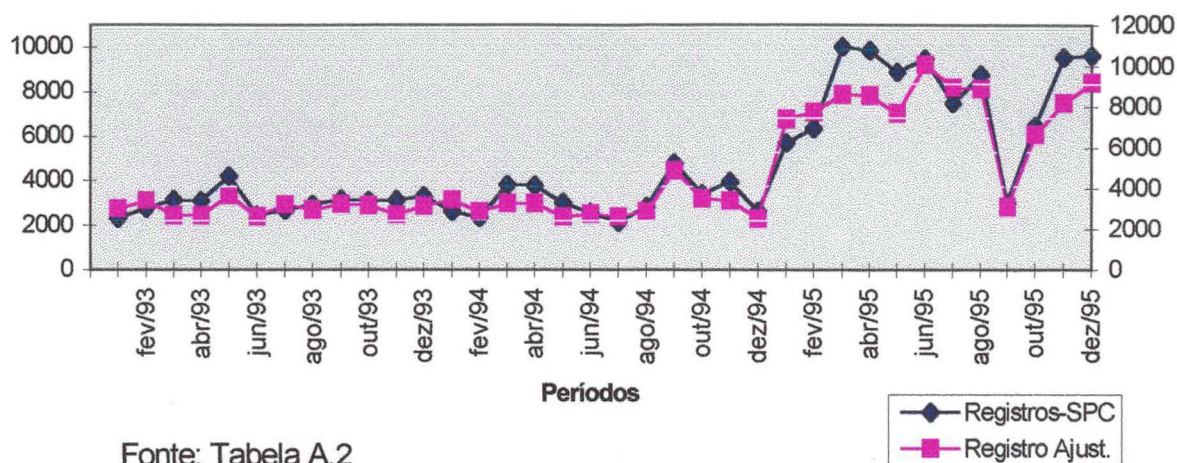
- o ano de 1995 continuou com índices de preços reduzidos, principalmente se forem confrontadas suas conquistas com os resultados decepcionantes de outros planos de estabilização recente.
- esse ano foi, ainda, marcado pelo desaquecimento do consumo; tal não se devem tanto à restrições diretas, mas ao aumento constante das taxas de juros. Também se verificou aumento na inadimplência dos consumidores nas lojas que ofereciam facilidades para a compra a prazo.

Assim pôde-se verificar as variações sazonais ocorridas neste indicador estudados nos anos de 1993/1995. Em princípio, a média do ano de 1993 do indicador sem o efeito da sazonalidade é maior em comparação com o índices sazonalizados. O maior indicador dessazonalizado é verificado em maio de 1993. Constata-se neste ano que, as variações nos índices sem o efeito da sazonalidade acompanharam os índices com efeito sazonal em menores proporções.

Para concluir, vai-se analisar o registro de inadimplência do consumidor no Serviço de Proteção ao Crédito-SPC, no município de Florianópolis. Pode-se verificar a ocorrência da sazonalidade do indicador em estudo, que esta ilustrado no Gráfico 7.

GRÁFICO 7

**Volume de Registros de Inadimplência do Consumidor
Jan.93 - Dez.95**



Fonte: Tabela A.2

Vê-se que o nível de inadimplência do consumidor no ano de 1993 apresenta patamares médios de 3048 registros. O mês de maio obteve um número acima da média, ou seja 4247 registros, sendo consequência do maior volume de consumo, em razão do dia das mães.

O ano de 1994 apresentou uma média de 3179 registros, superando em 4,3% a do ano de 1993. O aumento do número de registros de inadimplência ocorreu principalmente nos meses de março, abril, setembro, outubro e novembro decaindo a patamares inferiores a média no mês de dezembro. Contudo, verifica-se que o consumidor mesmo com a moeda indexada pela URV, e - após introdução do Plano Real com a moeda estabilizada - teve dificuldades de planejar seu orçamento, continuando a fazer dívidas com altas de juros.

O volume de compras a prazo aumentou depois que o Plano Real foi implantado. O índice de inadimplência durante o ano de 1995 foi crescente, ocorrendo uma queda brusca em setembro, em patamares bem inferior ao da média. Observa-se, assim, que o número de registros no SPC em 1995 foi 150% maior em relação ao ano de 1994.

Verifica-se, ainda, que o aumento do consumo deveu-se à carência por bens, principalmente o consumidor de menor poder aquisitivo, que não soube avaliar o valor exato do dinheiro, ocorrendo assim o crescente aumento do número de inadimplência.

Por outro lado, o governo adotou medidas de combate ao consumo. Porém, isto não inviabilizou o crescimento das vendas no comércio. Como consequência, houve o aumento da inadimplência, já que a maioria dos consumidores não sabe calcular a taxa de juros, não tendo assim, uma noção real do valor da mercadoria. Na maioria das vezes, estes, preocupam-se somente com o valor das prestações a crédito. As prestações fixas -proporcionam segurança para o consumidor e, no caso de voltar a inflação, o mesmo sente-se seguro.

Desta forma, verifica-se o comportamento do consumidor, ocasionado pelo número de recursos de inadimplência e sua sazonalidade. A sazonalidade neste indicador no ano de 1993 acompanhou a média no movimento das variações dessazonalizadas.

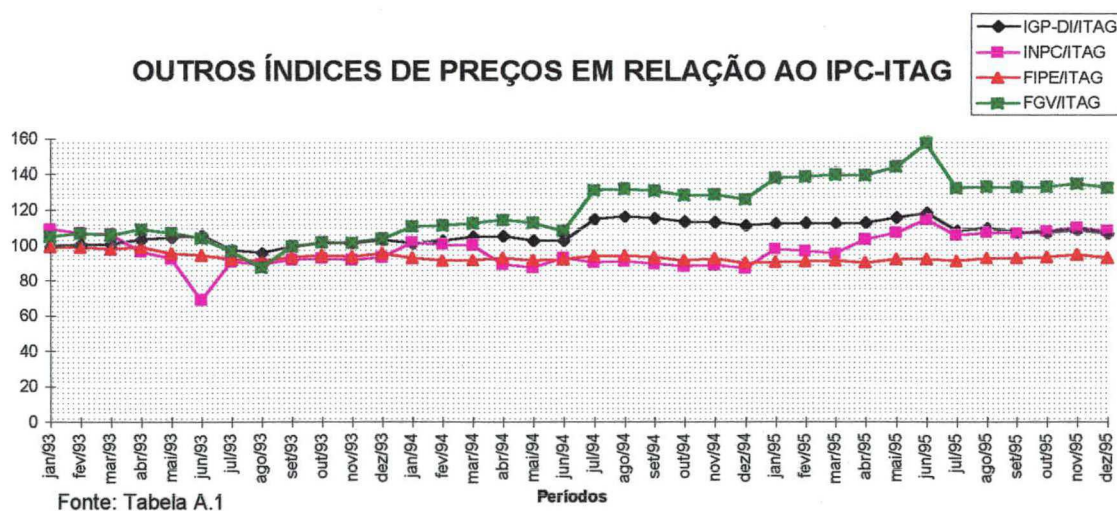
As variações do indicador sem o efeito da sazonalidade são melhor observadas no início do ano de 1994, mais precisamente nos

meses de março, abril e maio, onde o índice sazonal foi 17%, 15% e 15% maior do que teria ocorrido sem a sazonalidade. No restante do ano, o indicador com o efeito da sazonalidade acompanhou o indicador dessazonalizado.

Para o ano de 1995, a variação do indicador da sazonalidade dos registros é persistente, atingindo o índice máximo em março de 1995 com 10040. Já sem o efeito da sazonalidade, esta cifra seria reduzida para 8806.

Desta forma, conclui-se que as variações sazonais, tanto nos índices de preços ao consumidor, como nos indicadores do crédito direto ao consumidor e no registro da inadimplência são ocasionadas por mudanças conjunturais e culturais.

GRÁFICO 8



Um último aspecto a ser analisado relativamente aos Índices de Preços ao Consumidor apresentados na presente monografia consiste em verificar as relações entre pares: a evolução dos preços ao

consumidor de Florianópolis relativamente outros índices de preços em estudo. Pode-se verificar, conforme o Gráfico 8, que os índices variam dentro da mesma magnitude, com algumas distorções em períodos distintos. Isto ocorre mesmo quando se considera que os índices que medem a inflação podem tornar-se ultrapassados em relação à época atual, em virtude da própria estabilização do crescimento dos preços.

A abertura econômica, que começou no início da década, e o Plano Real permitiram a entrada de novos produtos e novos métodos de comercialização no País, os quais distribuem-se assimetricamente sob o ponto de vista geográfico. Assim, os preços de Florianópolis em relação aos índices em estudo apresentam diferentes patamares. Em parte, isto se deve ao fato de que o sistema de abastecimento para o consumo no município de Florianópolis, repousa fortemente em produtos cuja a maioria é proveniente de outras regiões do país, principalmente do estado de São Paulo.

Coloca-se ainda que, mesmo quando fatores climáticos prejudicam a produção no estado de Santa Catarina, o aquecimento de preços no município de Florianópolis raramente é maior que em outras capitais brasileiras. Com efeito, a evolução do IPC-ITAG e o IPC-FIPE é praticamente linear, ou seja, os preços em Florianópolis variam aproximadamente ao mesmo ritmo do que os preços em São Paulo.

Os índices de preços são apresentados de forma que os hábitos de consumo de Florianópolis e de outras regiões do país

apresentam ponderações altas em cada orçamento traduzindo assim aumento no custo de vida para a população consumidora. Sendo este hábito diferente de região para região, e até diferentes entre estados, os consumidores ilhéus não apresentam os mesmos hábitos de consumo em relação ao consumidor médio do Rio de Janeiro conforme só depende da evolução relativa dos índices IPC-FGV e IPC-ITAG.

Por fim os demais índices, nomeadamente, o IGP-DI e o INPC, apresentam posição intermediária. Em certa medida, o índice que apresenta variações mais erráticas é o INPC, mas ainda assim mudando o patamar de comparação entre dezembro de 1994 e janeiro de 1995, as evoluções relativas prosseguem muito assemelhadas.

Como conclusão no geral pode-se dizer que o índice de preços ao consumidor de Florianópolis tem evoluído menos aceleradamente do que o resto do país. É possível que tal fenômeno se deva a peculiaridades locais relacionadas a alguns preços excluídos da amostra como é o caso do pequeno peso atribuído aos aluguéis locais no IPC-ITAG.

CAPÍTULO - 4 - CONCLUSÃO

Através do desenvolvimento deste trabalho, foi possível a verificação de vários aspectos relevantes ao bem-estar do consumidor no município de Florianópolis.

Sobre os índices de preços ao consumidor foi possível constatar:

- As pesquisas de orçamentos familiares são antigas;
- O efeito a sazonalidade é desconsiderado na elaboração dos índices de preços;
- A similaridade metodológica é grande, empregando-se as fórmulas de Laspeyres Modificado I e II nos índices em estudo;

Em resumo, foi verificado que há distorções nos índices de preços ao consumidor, e os interesses dos institutos de pesquisas em utilizar fórmulas estatísticas para dessazonalizar os índices são reduzidos.

Foi verificado ainda que o item alimentação é o de maior peso no cálculo do índice de preço, e com a dessazonalização não pesaria tanto nos índices inflacionários.

O controle da inflação proporcionou um aumento do consumo, bastando ver os números do comércio. Assim, cresceu a demanda de produtos e ao mesmo tempo aumentou o bem-estar do consumidor.

No tocante à sazonalidade, verificou-se ainda que o índice de inadimplência foi consequência das altas taxas de juros cobradas no comércio, e este não repassando de forma clara ao consumidor. Como os consumidores são pouco informados sobre a taxa de juro cobrada e, não sabendo verificar qual é a taxa utilizada, preocupam-se somente com os valores das prestações.

Além do mais, o trabalho mostrou que, com o aumento da inadimplência que se alastrou no período em estudo 1993-1995, o consumidor subestimou seu poder aquisitivo. Tanto isto é verdade que a maior parte da população consumidora do município de Florianópolis ganha entre 2 e 10 salários mínimos. A grande carência material por parte do consumidor de baixo poder aquisitivo pode ser ilustrada pelo fato de que as compras a prestação aumentaram depois que o plano de estabilização foi implementado. Assim, o índice de inadimplência durante o ano de 1995 elevou-se em 150%, em relação ao ano de 1994.

Foi verificado ainda que o consumidor, entusiasmado com a estabilização e a súbita elevação de seu poder aquisitivo, passou a gastar desenfreadamente, e, em muitos casos, contraiu dívidas acima da capacidade de pagamento, gerando assim o elevado índice de inadimplência.

Ressalta-se ainda que o bem-estar do consumidor no município de Florianópolis teve um acréscimo, mesmo com as elevadas taxas de juros cobradas nas compras a prazo. As compras a prazo são utilizadas devido o descrédito na política econômica adotada em planos anteriores, onde os índices inflacionários voltavam de forma ascendente. Com a grande carência material e a ilusão de expansão em seu poder de compra, o consumidor aumentou o seu bem estar não só seu como de seus familiares.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - DALLARI, José M. Reajuste em URV está descartado-**Caderno do Brasil**, Folha de São Paulo, 02/03/94,p.10.
- 2 - ENDO, Seiti K. **Pesquisa de Orçamentos Familiares no Município de São Paulo**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas USP, 1984.
- 3 - FILELLINI, Alfredo. **Economia do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 1989.
- 4 - FONSECA, Jairo S. da, MARTINS, Gilberto de A., TOLEDO, Geraldo L. **Estatística Aplicada**. 2ed, São Paulo: 1985, Atlas.
- 5 - GARÓFALO, Gilson de L. **Teoria Microeconômica**. 2ªed.,São Paulo: Atlas, 1986.
- 6 - GUALDA, Neio L.P. **Índice de Preços ao Consumidor: Um estudo sobre sua determinação no Brasil**. (Dissertação de Mestrado), Porto Alegre UFRGS,1988(mimeo).

- 7 - Inflação, Evolução e Previsões. **Suma Econômica**. Ed nº204-
Março,1996.
- 8 - **Índices de Preços ao Consumidor Mensal**. Florianópolis: ITAG
1993 - 1995.
- 9 - MILLER,Roger L. **Microeconomia: Teoria questões e aplicações**.
São Paulo: Mcgraw-Hill, 1981.
- 10 - MICHAEL,Andrea, Melo, Liana. A vida a Prazo. **Revista Isto É**,
n/1372, 17/02/96, p.100-102
- 11 - NASSIF, Luis. A novela da 'dessazonalização". Caderno Dinheiro,
Folha de São Paulo, 12 de out/94, p-3.
- 12 - PIETROCOLLA, Luci G. **Sociedade de Consumo**. 2º ed, São
Paulo:Global,1986.
- 13 - SILVEIRA, J.S. Tusi. **Inflação: Contribuição Teóricas e
Experiências. Construção, uso e interpretações de índices**.
Florianópolis, UFSC,1993.(mimeo)
- 14 - **Termômetro, Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, Diversos
Números.
- 15 - VALENTE, W. Jofre. **Indicadores de Preços de Santa Catarina:
um Estudo Sistemático**. Florianópolis, 1992, 122p.
(Monografia de conclusão do curso de economia)

ANEXO

Tabela A.1
Índices de Preços Nacionais e Locais.
Jan. 1993 - Dez. 1995

Períodos	IGP-DI	INPC	IPC-FIPE	IPC-FGV	IPC ITAG
jan/93	100	100	100	100	100
fev/93	127	125	125	128	127
mar/93	162	159	157	161	161
abr/93	207	204	202	211	209
mai/93	274	259	260	274	282
jun/93	358	238	340	363	369
jul/93	473	443	445	475	484
ago/93	632	590	596	645	653
set/93	865	800	799	874	852
out/93	1169	1073	1081	1186	1124
nov/93	1601	1460	1468	1628	1559
dez/93	2181	2011	2033	2251	2066
Média	679	622	634	691	666
jan/94	3102	2841	2853	3212	3058
fev/94	4417	3994	3942	4561	4327
mar/94	6396	5715	5595	6543	6161
abr/94	9105	8164	8182	9518	8990
mai/94	12833	11653	11871	13684	13432
jun/94	18811	17274	17896	20403	19870
jul/94	23460	18613	19140	27080	20377
ago/94	24243	18957	19513	27784	20607
set/94	24619	19223	19673	28190	20960
out/94	25247	19765	20297	28937	21786
nov/94	25870	20350	20910	29837	22515
dez/94	26018	20696	21171	30168	22772
Média	17010	13937	14254	19160	15405
jan/95	26372	20994	21340	30660	23428
fev/95	26675	21206	21622	31264	23789
mar/95	27155	21550	22037	32121	24343
abr/95	27780	26915	22619	33052	25614
mai/95	27891	27481	23065	33782	25903
jun/95	28624	28080	23678	39266	26271
jul/95	29265	28770	24559	36193	27028
ago/95	29643	29064	24910	36461	26811
set/95	29323	29404	25095	36705	26894
out/95	29390	29816	25466	36936	26846
nov/95	29781	30266	25764	37398	27018
dez/95	29861	30765	26076	37985	27242
Média	28480	27026	23853	35152	25932

Fontes: IGP-DI, INPC, IPC-FIPE e IPC-FGV - revista SumaEconômica Março 95
IPC-ITAG - Índices mensais do ITAG - Jan. 93 - Dez -95

Tabela A.2
Indicadores de Acesso ao Crédito direto ao Consumidor em Florianópolis
Jan. 1993 - Dez. 1995

Períodos	Registros		Informação	
	Número	Índice	Número	Índice
jan/93	2320	100	63536	100
fev/93	2792	120	58713	92
mar/93	3144	113	57354	98
abr/93	3129	100	70602	123
mai/93	4247	136	79876	113
jun/93	2487	59	81856	102
jul/93	2710	109	78720	96
ago/93	2948	109	79622	101
set/93	3178	108	78630	99
out/93	3123	98	82338	105
nov/93	3168	101	79466	97
dez/93	3327	105	108978	137
Média	3048	105	76641	105
jan/94	2640	79	76495	70
fev/94	2358	89	58954	77
mar/94	3832	163	62406	106
abr/94	3800	99	66789	107
mai/94	3029	80	75383	113
jun/94	2591	86	82423	109
jul/94	2172	84	89827	109
ago/94	2835	131	99824	111
set/94	4817	170	102111	102
out/94	3446	72	109261	107
nov/94	3971	115	103848	95
dez/94	2653	67	164196	158
Média	3179	103	90960	105
jan/95	5705	215	114540	70
fev/95	6355	111	96977	85
mar/95	10040	158	90369	93
abr/95	9870	98	108484	120
mai/95	8887	90	116301	107
jun/95	9492	107	120387	104
jul/95	7507	79	109952	91
ago/95	8790	117	117387	107
set/95	3044	35	101869	87
out/95	6494	213	115426	113
nov/95	9571	147	126264	109
dez/95	9657	101	188516	149
Média	7951	123	117206	103

Fonte: Federação da Câmara dos Dirigentes Logistas de S.C.

ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR IPC (Custo de Vida) EM FLORIANÓPOLIS

(Metodologia de Cálculo e Procedimentos de Coleta)

POPULAÇÃO - OBJETIVO E ESTRUTURA DE PONDERAÇÕES

O Índice de Preços ao Consumidor produzido pelo ITAB, constitui uma estimativa da evolução média dos preços de 317 bens e serviços, componentes da cesta de consumo típica das famílias residentes no município de Florianópolis e pertencentes à faixa de renda de 1 a (+) de 20 salários mínimos.

ITAB iniciou a publicação de sua estimativa do IPC-Fpolis, em JULHO de 1968. A estrutura de ponderações presentemente utilizada, foi obtida a partir de Pesquisas de Orçamentos Familiares, realizadas no decorrer do ano de 1967 junto a 382 famílias, escolhidas aleatoriamente.

DISTRIBUIÇÃO (X) PERCENTUAL POR CLASSE DE RENDA

Faixa	1	0	(X	(2	-	4,45%
Faixa	2	2	(X	(4	-	4,71%
Faixa	3	4	(X	(6	-	9,16%
Faixa	4	6	(X	(8	-	10,99%
Faixa	5	8	(X	(10	-	13,62%
Faixa	6	10	(X	(12	-	11,78%
Faixa	7	12	(X	(14	-	8,38%
Faixa	8	14	(X	(16	-	7,33%
Faixa	9	16	(X	(18	-	4,71%
Faixa	10	18	(X	(20	-	5,24%
Faixa	11	20	(X	(-	17,63%
								100,00%
x = faixa de renda em salários de referência								

A pesquisa de Orçamento, bem como, o cálculo do Índice Mensal, estão organizados em quatro diferentes níveis de agregação, o maior deles corresponde às grandes categorias de consumo familiar: ALIMENTAÇÃO, PRODUTOS NÃO ALIMENTARES, SERVIÇOS PÚBLICOS E OUTROS SERVIÇOS.

Estas categorias são designadas como "Grupos" e se subdividem internamente em "Sub-Grupos".

Os "Sub-Grupos", por sua vez, são compostos por diferentes "ITENS", os quais se decompõem em 317 "Sub-Itens", nível mais desagregado para o

qual se tem peso explícito (Ver Quadro I). Para efeito de coleta de preços, cada "Sub-item" é devidamente especificado, ou seja para cada "Sub-item" definem-se as marcas, modelos ou tipos do produto ou serviço que devem ter seus preços levantados. Comportanto, que a organização da estrutura de ponderações, do ponto de vista da escala de agregação, pode ser representada, conforme se demonstra no "Quadro I".

QUADRO I

IPC-FLORIANÓPOLIS

ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE PONDERAÇÕES

NÍVEL DE AGREGAÇÃO	EXEMPLOS	
- GRUPO	ALIMENTAÇÃO	PRODUTOS NÃO ALIMENTARES
- SUB-GRUPO	ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO	VESTUÁRIO
- ITEM	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	VESTUÁRIO FEMININO
- SUB-ITEM (*)	CAFÉ	CALÇA JEANS
- ESPECIFICAÇÃO (Marca, Modelo ou Tipo)	CAFÉ OTTO	US-TOP

* Nível mais desagregado para o qual se tem peso explícito.

No Quadro II, se apresenta a estrutura de ponderações do IPC-Flópolis, com desagregação até o nível de itens, indicando-se ainda como estão agrupados os 319 "Sub-itens" que compõem o índice.

Conforme já mencionado, o menor nível de agregação na estrutura de ponderações corresponde ao "Sub-item". As diferentes marcas, modelos e tipos especificados para um dado "Sub-item", não recebem ponderação específica, contribuindo, portanto, com peso igual para a estimativa da variação média do preço do "Sub-item" em questão.

na o cálculo das variações dos "Sub-itens", é utilizado o método de variações de preços relativos, podendo ser a especificação (Peso, Marca, etc) de cada "Sub-item" variável de uma fonte para outra.

Já no que se refere ao sistema de ponderações, é importante mencionar que a estrutura de pesos em que se baseia o IPC-Fpols, não contempla as variações de ordem sazonal que afetam a produção, comercialização e consumo de alguns dos "Sub-itens" que compõem o índice, não existindo procedimento específico estabelecido para o tratamento des-

QUADRO II

Referência: Maio/91

GRUPO DE PRODUTOS	PESOS	NÚMERO DE ITENS	TOTAL QUEST. APLICADOS P/ MÊS	NÚMERO DE COTAÇÕES
1. ALIMENTAÇÃO	59,0939	131	106	12.258
1.1. ALIM. NO DOMICÍLIO	56,8944	122	100	12.200
- PROD. INDUSTRIALIZAD.	23,5551	73	\	7.300
- PROD. ELAB. PRIMÁRIA	12,7739	16	100	1.600
- PROD. IN NATURA	17,9654	33	/	3.300
1.2. ALIM. FORA DO DOMICÍLIO	2,7995	9	6	58
2. PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	10,3883	154	99	900
2.1. ARTIGOS DE VESTUÁRIO	2,6226	51	20	347
- VESTUÁRIO FEMININO	1,2907	23	7	161
- VESTUÁRIO MASCULINO	0,8349	18	7	126
- VESTUÁRIO INFANTIL	0,4720	10	6	60
2.2. ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	4,9660	69	36	264
- MOBILIÁRIO	0,6657	9	6	54
- APAR. ELETRÔNICOS	0,5362	10	5	50
- APAR. CHÁ/CAFÉ/JANTAR	0,1753	3	6	18
- ELETRODOMÉSTICOS	1,2266	14	5	70
- ROUPA, CAMA, MESA E DECORAÇÃO	0,2867	6	5	30
- ARTIGOS DE LIMPEZA	1,3353	8	4	32
- COMBUSTÍVEIS E ANALÓGOS	0,7198	2	5	10
2.3. PRODUTOS DE ASSIST. À SAÚDE E HIGIENE	1,3367	17	0	06

- ARTIGOS DE HIGIENE	1,0386	11	4	44
- PROD.FARMACEUTICOS	0,2781	6	4	42
2.4.PRODUTOS DE CARÁTER PESSOAL	9,4630	17	33	203
- FUMO	1,8784	2	2	13
- EDUCAÇÃO/CULTURA/LAZER	2,4709	10	30	173
- VEÍCULO PRÓPRIO	3,0937	3	3	15
SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA	4,3751	6	12	40
3.1.SERVIÇOS PÚBLICOS	2,2569	4	4	18
3.2.TRANSPORTES	2,1182	2	8	22
OUTROS SERVIÇOS	10,1427	28	24	109
4.1.1.SERVIÇOS DE RESIDÊNCIA	1,0773	7	6	48
4.1.2.HABITAÇÃO	3,0011	4	2	14
4.1.3.SERVIÇOS DE ASSIST. à SAÚDE	6,6923	3	3	13
4.1.4.SERVIÇOS DE CARÁTER PESSOAL	7,3719	12	13	32
- CUIDADO PESSOAL	1,0020	4	2	8
- SERVIÇOS EDUCAÇÃO	2,2752	1	4	4
- MANUTENÇÃO VEÍCULO PRÓPRIO	1,4033	2	2	4
- SERVIÇOS RECREAÇÃO	0,3350	3	3	10
- MANUT.DOMICÍLIO	2,3359	2	2	6
TOTAL	100,000	319	234	13.307

COLETA DE PREÇOS

O cálculo do IPC-España se baseia no cômputo de aproximadamente 14.000 preços coletados mensalmente. O período de coleta de preços abrange do primeiro ao último dia do mês de referência. Neste intervalo, são aplicados, através de uma equipe de 13 (quinze) pesquisadores e 1 (um) repesquisador, cerca de 254 questionários a uma amostra de 126 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

Pesquisa de preços para o "Sub-Grupo" ALIMENTAÇÃO DO DOMICÍLIO é realizada semanalmente, isto é, os estabelecimentos pesquisados neste sub-grupo recebem de 4 (quatro) a 5 (cinco) visitas dos coletadores ao longo do mesmo período de coleta.

demais estabelecimentos cobertos pela pesquisa são visitados apenas uma vez a cada período de coleta.

A maior parte do esforço de coleta está dirigido para o levantamento de preços dos produtos Alimentares (cerca de 92,11% do total de cotações levantadas no mês), procedimento que se justifica pela maior importância relativa deste grupo na estrutura de pesos em que se baseia o índice (89,0739%). Segue-se o grupo produtos NÃO ALIMENTARES com (4,76%) das cotações. Os grupos OUTROS SERVIÇOS e SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA, participam no conjunto da pesquisa de preços com respectivamente (0,31%) e (0,02%) das cotações coletadas.

3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

A variação percentual de um índice de preços entre dois momentos no tempo, é uma média das variações relativas dos preços de centenas de bens e serviços, que integram a cesta do índice, entre os mesmos dois pontos no tempo.

No cálculo do IPC-Epolis, é utilizada a fórmula de Laspeyres modificada, de base móvel, com correção das ponderações pelo custo do mês anterior.

Fórmula Geral

$$I_{i/i-1} = \frac{(q_0 \cdot p_{i-1}) \cdot p_i / p_{i-1}}{(q_0 \cdot p_{i-1})}$$

Onde que:

$I_{i/i-1}$ = índice do mês em referência em relação ao mês anterior

q = quantidade

p = preços

$q_0 \cdot p_{i-1}$ = ponderação

p_i / p_{i-1} = relação entre os preços do mês em referência e do mês anterior.

4. PESQUISA DE ORÇAMENTO FAMILIAR (POF)

As ponderações utilizadas para o cálculo do IPC mensal, são resultantes da pesquisa de Orçamento Familiar efetuada junto a 302 famílias, no transcorrer do ano de 1987.

4.1 Determinação do tamanho da Amostra

Para o dimensionamento da Amostra utilizou-se o modelo da distribuição amostral das proporções para amostras retiradas sem reposição.

ção de populações finitas, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$M = \frac{N \cdot Z^2 \cdot P' \cdot Q'}{(N-1) e + Z^2 P' Q'}$$

onde,

M = tamanho da amostra

N = tamanho da população, que no caso representou o número total de domicílios de Florianópolis

Z = número de unidades de desvio padrão de acordo com a probabilidade de ocorrência das diferenças máximas (e);

PROB	1	70%	1	75%	1	99%
Z	1	1,64	1	1,96	1	2,58

P' = proporção da mostra favorável a ocorrência da alternativa do questionário que apresenta a maior variância.

P' = Q' = 0,5

P' Q' = 0,25 (maior variância)

e = diferença máxima entre as proporções da amostra e as verdadeiras proporções da população.

Obs: foram adotados valores no intervalo de 3% a 6%.

4.2 Amostragem Proporcional

O tamanho determinado da amostra, foi distribuído proporcionalmente entre os bairros de Florianópolis, em função do número de domicílios de cada bairro.

4.3 Sorteio dos Domicílios

Os domicílios, foram sorteados através da geração de números aleatórios por computador. Os números aleatórios indicavam a posição do domicílio, tendo como base a listagem dos consumidores de energia elétrica da Celsa.

DEPARTAMENTO DE CIENCIAS ECONOMICAS
COORDENADORIA DE ESTAGIOS E MONOGRAFIA

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

- PARTE ESCRITA

1.1) CONTEUDO:

- a) Objetivo do Estudo - (na área econômica)
Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

- b) Metodologia -

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar os objetivos.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

- c) Corpo do Trabalho -

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

Item 1.1) Média $(a+b+c/3) = \dots \times 5,0$ (peso) = 35

1.2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

- a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

- b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, abreviaturas, anexos, referências bibliográficas, etc., seguiram as normas técnicas.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5!

Item 1.2) Média $(a+b/2) = \dots \times 2,0$ (peso) = 14

PARTE ORAL -

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos e audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral foram satisfatórios.

NOTA: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10.10,5! x 3,0 (peso) = 24

TA FINAL: 1) PARTE ESCRITA - item 1.1) = 7
- item 1.2) = 7

2) PARTE ORAL ----- = 7
Soma (Partes 1+2) = 7
Soma/10(Nota Final)= 7

Comissão de Avaliação:

1. (Presidente) Prof. *DULCIO BERNI*
2. (Membro) Prof. *LOUIS ROBERTO WESTPHAL*
3. (Membro) Prof. *JOSÉ ROBERTO SANTOS*

Ass. *[assinatura]*
Ass. *[assinatura]*
Ass. *[assinatura]*

Nome do Aluno *LOUIS ROBERTO HEIDMANN*

Data Defesa: *2, 07, 96*

PARECER DA BANCA: (Aspectos Positivos e Negativos da Monografia)